

Carlos Costa Neves, novo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus



No XV Governo Constitucional presidido pelo Dr. Durão Barroso, o **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus é o Dr. Carlos Costa Neves** que abandona, assim, as funções de Deputado ao Parlamento Europeu.

Relator-Geral do Orçamento comunitário de 2002, Presidente do Intergrupo de Timor-Leste, Vice-Presidente da Delegação UE/Países do ASEAN, Coordenador-Adjunto do Grupo Europeu do PSD, Carlos Costa Neves era Deputado desde 1994 e um dos portugueses mais apreciados no Parlamento Europeu.

Director: Carlos M. Coelho - rue Wiertz - ASP 8E150 - 1047 Bruxelles - tel(02)284 5551, fax (02)284 9551 ABRIL - 2002

Boa sorte !

Com rigor, de forma serena e competente, **Carlos Costa Neves** destacou-se na Comissão de Orçamentos como Relator-Sombra em 2000 e **Relator-Geral do Orçamento de 2002**.

Estamos em plena execução do Orçamento comunitário que ajudou a aprovar, após um trabalho apurado que em muito contrasta com a ligeireza com que outros fizeram e geriram o orçamento nacional.

Mas o Mr. Budget, como era tratado com simpatia por muitos colegas, não se distinguiu apenas aí.

Intrépido paladino das **políticas de coesão** e de **apoio às regiões ultraperiféricas**, em nome dos Açores que o ajudaram a eleger; incansável defensor da **causa de Timor-Leste** tendo presidido ao Intergrupo pela causa de Timor durante vários anos; testemunho constante de que é possível, na política, ser-se leal e solidário com uma cortesia no trato e uma simplicidade tocantes.

Compreende-se assim que lamentemos a partida de um amigo mas que **felicitemos o Governo pelo reforço** que foi buscar.

Em recente reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e os Deputados europeus foi visível o apreço, a estima e a expectativa de **muitos Deputados que não são do PSD** mas que reconhecem em Carlos Costa Neves as **qualidades humanas e políticas** para ser um excelente Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Boa Sorte !

Carlos Miguel Coelho

Reduzir o custo de Quioto

Jorge Moreira da Silva promove Audição

pág. 2

Cooperação policial e judiciária

PE aprova Relatório de Carlos Coelho

pág. 4

Relações UE/China

PE aprova Relatório de Vasco Graça Moura

pág. 5

Novo Deputado europeu

Joaquim Piscarreta inicia funções

pág. 8



É possível reduzir o custo do Protocolo de Quioto



O Deputado **Jorge Moreira da Silva** promoveu uma **Audição Pública** em Bruxelas sobre o **Comércio de Emissões** onde afirmou:

“As Alterações Climáticas são uma ameaça inegável e o Protocolo de Quioto uma realidade incontornável. Pelo que, hoje, a opção dos Estados não está entre cumprir ou não cumprir o Protocolo de Quioto, mas entre cumprir de forma economicamente eficiente ou cumprir da forma mais dispendiosa. É por isso que é tão importante implementar o Sistema europeu de Comércio de Emissões: é certo que o sistema não reduz, por si só, as emissões de GEE, mas permite que as reduções venham a ser feitas com um custo mais baixo”.

Jorge Moreira da Silva sublinhou que se estima que *“o custo de cumprimento do Protocolo de Quioto seja reduzido em 35%, na União Europeia, através do sistema europeu de Comércio de Emissões. Isto é, o Comércio de Emissões vai permitir que a UE*

O que é o Sistema Europeu de Comércio de Emissões ?

O sistema europeu de comércio de emissões arrancará em 2005 e englobará cerca de 5.000 empresas europeias (fontes pontuais de grande dimensão) do sector da energia (combustão, refinarias, fornos de coque) e indústria (metais ferrosos, papel e minerais), correspondentes a mais de 46% de todas as emissões europeias de dióxido de carbono.

Porquê ?

O mecanismo do comércio de emissões apesar de não reduzir, por si só, as emissões de GEE, permite que as reduções venham a ser feitas nos sectores, nas empresas e nos processos onde o custo for mais baixo. Dessa forma, baixa-se o custo global do cumprimento do objectivo ambiental, com a vantagem de, tanto a empresa que compra como a empresa que vende, beneficiarem da flexibilidade oferecida, sem prejuízos para o ambiente.

economize, anualmente 1.300 milhões de euros”.

Para além das vantagens económicas do Sistema europeu de Comércio de Emissões, Moreira da Silva destacou igualmente *“o contributo deste sistema:*

- *para uma aprendizagem prática, nas empresas dos Estados-membros, para o arranque, em 2008, do sistema internacional de comércio de emissões (definido no Protocolo de Quioto);*
- *para uma mais rápida correcção, já a partir de 2005, da situação de incumprimento dos compromissos do Acordo de Partilha de Encargos, que se verifica hoje na maioria dos Estados-membros”.*

Jorge Moreira da Silva, Relator Permanente do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas, decidiu organizar uma Audição pública com vista *“a debater seis questões essenciais ao cumprimento dos objectivos ambientais e económicos do sistema e à não distorção da concorrência:*

1. *Devem ser introduzidas metas quantificadas de redução das emissões na Directiva sobre o Comércio de Emissões ?*
2. *Deve proceder-se à **inclusão** na Directiva (e, em caso afirmativo, quando e como) de outros gases (para além do dióxido de carbono) e de outros sectores?*
3. *Como atribuir os **direitos de emissão** – cedência gratuita (grandfathering), leilão, benchmarking ou método híbrido ?*
4. *Como definir a **quantidade de direitos de emissão** a colocar no sistema, em cada país ? Conferir liberdade aos Estados-membros ou estabelecer tecto ?*
5. *Como assegurar a **compatibilidade com outras políticas nacionais** de redução de gases com efeito de estufa como, por exemplo, os acordos voluntários na Alemanha, o comércio de emissões no Reino Unido e na Dinamarca e as eco-taxas na Holanda?*
6. *Deve a **participação no sistema** ser voluntária ou legalmente vinculativa ?”*

Arlindo Cunha preocupado com recursos da pesca

O Deputado Arlindo Cunha defendeu, em Bruxelas, que “num momento em que se aguardam para muito breve as propostas da Comissão Europeia sobre o futuro da Política Comum de Pescas (PCP), torna-se fundamental repensar os Programas de Orientação Plurianuais (POP) porque a vertente de conservação dos recursos continuará a ser uma das dimensões fundamentais da PCP, já que **sem peixe não há futuro para os pescadores**. Impõe-se, porém, referir, acrescentou, que **todos os Estados Membros – e não só alguns – terão de contribuir para esse objectivo**”.

Para Arlindo Cunha, “é nesse pressuposto que os POP - ou outras medidas com efeito equivalente - continuam a ter lugar na PCP, na condição de disporem de **um regime sancionatório minimamente eficaz**. Se assim não for, esse ou qualquer outro sistema que vise adequar a dimensão da frota aos recursos existentes estará condenado ao fracasso”.

Arlindo Cunha sublinhou que “os Programas de Orientação Plurianual das Pescas são um instrumento da Política Comum de Pescas que visa articular a

dimensão da frota comunitária com a real situação dos recursos pesqueiros nas águas da União Europeia. Um desequilíbrio que segundo alguns relatórios científicos está estimado em cerca de 40%”.



O Deputado social democrata recordou que “nos quatro primeiros anos do POP IV (1997-2001) a frota Comunitária foi reduzida em 2,5% em matéria de arqueamento e 5,9% em termos de potência motriz. No entanto, apesar de as metas previstas no POP IV serem já em si mesmo relativamente modestas, **alguns Estados Membros não as conseguiram cumprir, e outros aumentaram mesmo a sua capacidade**.

Tal significa, sublinhou Arlindo Cunha, que o presente relatório revela o mesmo problema de sempre: uns Estados Membros, como é o caso de Portugal, cumpriram as metas estabelecidas, suportando importantes sacrifícios financeiros e políticos, enquanto que outros não as cumpriram. E, pior que isso, **não sofreram qualquer penalização pelo incumprimento**”.

PSD reforça posições dentro do PPE

O PSD reforçou a sua posição dentro do Partido Popular Europeu com a recente eleição dos Deputados **Arlindo Cunha, Carlos Coelho e Regina Bastos** para Vice-presidentes de Grupos de Trabalho permanentes dentro do Grupo do PPE no Parlamento Europeu.

Os Deputados do Grupo PPE estão organizados em cinco grupos de trabalho permanentes consoante as comissões parlamentares de que fazem parte. Estes grupos de trabalho são dirigidos por uma “presidência” constituída por um Presidente e dois Vice-Presidentes. Com estas eleições os Deputados portugueses estão presentes nas “presidências” de 3 dos 5 grupos de trabalho.

Regina Bastos foi eleita **Vice-presidente do Grupo B** composto pelos Deputados que integram as Comissões da Indústria, do Emprego, da Cultura e dos Direitos da Mulher.

Arlindo Cunha é o novo **Vice-presidente do Grupo C**, correspondente às Comissões do Orçamento, do Controle Orçamental, da Agricultura e da Pesca.

Carlos Coelho é **Vice-presidente do Grupo D**, que integra as Comissões Jurídica, Liberdades Públicas, Assuntos Constitucionais e Petições.

Comissário Barnier apoia posições de Sérgio Marques



O Comissário europeu **Michel Barnier**, em carta enviada ao Deputado **Sérgio Marques** manifestou total apoio às posições do Deputado social democrata, no que respeita à política de coesão económica e social da União Europeia.

Sérgio Marques durante um debate, em plenário, tinha afirmado que: “**Não confundamos, no contexto dos Fundos Estruturais, a aplicação do princípio da subsidiariedade com uma hipotética e absurda renacionalização da política de coesão económica e social da UE**”. Sérgio Marques sublinhou que “**o princípio da subsidiariedade não poderá nunca servir de instrumento a tentativas de esvaziamento, nomeadamente de recursos financeiros, da política de coesão económica e social**”.

Estas posições de Sérgio Marques receberam apoio do Comissário Barnier que afirma “**partilhar plenamente**” as opiniões do Deputado português, segundo as quais “**a União deverá permanecer como um espaço de solidariedade**. É por essa razão que se torna necessário **combater todas as ideias de renacionalização da política de coesão**”, refere o Comissário.

Relatório Coelho: Cooperação policial e judiciária

O Deputado do PSD Carlos Coelho apoiou hoje, em Estrasburgo, a criação de “um programa-quadro único que pretende reagrupar e fundir num contexto legislativo e operacional harmonizado todas as acções que relevam do título VI do Tratado da UE, reflectindo a evolução dos programas comunitários em geral”, e **propôs um envelope financeiro de 65 Milhões de Euros** (mais de 13 milhões de contos).

Para Carlos Coelho, consegue-se, assim, “assegurar um conjunto mais coerente e um impacto ainda maior das acções apoiadas, uma utilização mais eficaz dos recursos financeiros, evitar eventuais sobreposições entre os diferentes programas e colmatar as lacunas existentes”.

O Deputado do PSD é o autor do Relatório do Parlamento Europeu sobre esta proposta da Comissão Europeia e, na sua intervenção, cumprimentou “a Comissão, na pessoa do Comissário António Vitorino, pela excelente iniciativa que apresentou”.

Considerando como “bastante positiva a abordagem a que a Comissão procede”, Carlos Coelho defendeu ser “oportuno e avisado introduzir algumas alterações com os seguintes objectivos:

- **Dar uma maior clareza à linha de acção do programa**, bem como uma formulação precisa (até porque os projectos apresentados deverão ser examinados à luz da sua conformidade com os objectivos do programa), rejeitando, deste modo, noções vagas ou pouco precisas.

- **Dar o nosso aval à inclusão, no Programa, de projectos transfronteiriços no domínio de assistência às vítimas de actividades criminosas**, a par da promoção da cooperação policial e judiciária. Promovendo, deste modo, a defesa efectiva, nos Estados Membros, dos interesses das vítimas nos processos-crime, nomeadamente através da criação de uma rede de pontos de contacto. Poderia, também, revelar-se pertinente providenciar no sentido da realização de um estudo independente sobre o estado da transposição da decisão-quadro, acompanhado de propostas de aperfeiçoamento para cada país.

- **Reconhecer que é importante e oportuno associar os**

países candidatos, mas que convém tornar claro que a sua participação deverá ser quer ao nível da elaboração, como da execução do projecto. Uma mera participação no projecto, quase como simples ‘consumidor’ não pode ser considerada suficiente.

- *Precisar que o poder de iniciativa para a formulação de propostas, não será restringido apenas ao sector público dos Estados Membros e dos países candidatos, mas também às ONG’s, às Universidades e a outras entidades interessadas”.*

Quanto à participação do Parlamento Europeu, no que concerne à execução do programa, Carlos Coelho considerou “lamentável que não seja previsto o papel do Parlamento Europeu”. Por isso, Carlos Coelho propôs “que seja dada ao

Parlamento a possibilidade de vir a ser envolvido, o que permitirá seguramente a possibilidade de vir a exercer da melhor maneira possível a sua responsabilidade enquanto autoridade orçamental. A construção de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça constitui, desde sempre, um dos objectivos fundamentais do Parlamento, razão pela qual será particularmente lamentável

se for apenas associado a título secundário ao domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, domínio esse que se reveste da maior importância para os cidadãos europeus que aqui representamos”.



Os actuais 5 Programas Comunitários a integrar num Programa-Quadro único:

- **GROTIUS Penal II** - destinado aos profissionais de justiça
- **OISIN II** - destinado às autoridades competentes para a aplicação da lei dos Estados Membros
- **STOP II** - destinado aos responsáveis pela acção contra o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças
- **HIPÓCRATES** - no domínio da prevenção da criminalidade
- **FALCONE** - destinado aos responsáveis pela acção contra a criminalidade organizada

Relatório Graça Moura sobre relações UE/China

O Deputado Vasco Graça Moura afirmou, em Estrasburgo, que *“as relações entre a União Europeia e a China continuam a evoluir favoravelmente, embora nem sempre a um ritmo uniforme, nem com a rapidez que seria desejável”*.

Graça Moura, que intervinha no debate em Plenário do seu relatório sobre as relações da UE com a China, salientou que *“o apoio que a República Popular da China se prontificou a dar na luta internacional contra o terrorismo representa uma atitude que é de registar e aplaudir. E entretanto deu-se a entrada da China na OMC, o que abre perspectivas importantes para que ela represente um papel ainda mais significativo na cena internacional”*.

Vasco Graça Moura considera que *“nesse quadro, continua a notar-se um certo ‘décalage’ entre várias modalidades da cooperação já em curso e a evolução que consideramos desejável de aspectos ligados à situação política, à construção do Estado de Direito e ao respeito dos Direitos Humanos, muito embora possa dizer-se haver já sinais, aqui e ali, que permitem fundamentar algumas expectativas de concretização gradual.*

É assim que, muito em especial, as experiências em curso relativas a Hong-Kong e a Macau mostram que essa concretização é possível no plano político, social, económico e cultural”.

Para Vasco Graça Moura devem-se *“aprofundar a cooperação e o diálogo sem deixarmos de insistir nos outros objectivos que transcendem o quadro das relações económicas e que podem mesmo, em certos casos, condicioná-las negativamente, se não forem adoptadas pela República Popular da China as vias de uma solução satisfatória quanto a aspectos que reputamos essenciais.*

Alguns dos problemas que requerem mais atenção são levantados nos capítulos específicos do relatório. Estão nesse caso a entrada da China na OMC, a necessidade de desenvolvimento sustentado, de uma melhor coordenação entre a vertente do progresso económico e as vertentes do progresso político e social, as

preocupações com os problemas de emprego que decorrerão da entrada da China na OMC e da progressiva reconversão e modernização da sua economia, o respeito pelos interesses dos países vizinhos, a necessidade de protecção do ambiente, a vantagem na intensificação do intercâmbio cultural, nomeadamente a nível universitário, etc., etc.



Está também nesse caso o conjunto de preocupações expressas quanto às relações com Taiwan. O reconhecimento pela União Europeia do princípio de 'uma China' não pode levar-nos a aceitar soluções de força em nenhuma circunstância. Entendemos todos, segundo creio, que não há mesmo qualquer alternativa a esse diálogo por muito difícil que ele seja... ”

O reconhecimento pela U.E. do princípio de "UMA CHINA" não pode levar-nos a aceitar soluções de força...

E por outro lado, salientou Graça Moura, *“entendemos dever manifestar a nossa preocupação quanto ao Tibete, quanto ao qual se tornam igualmente necessárias e urgentes as vias do diálogo com vista à definição de um estatuto novo e efectivo de autonomia plena, apenas limitado pelas políticas externa e de defesa.*

Em terceiro lugar, e assinalando embora algum progresso que parece ir sendo realizado pela China no tocante ao direitos humanos, entende-se que está ainda em aberto um vasto campo em que a situação está longe de ser satisfatória, pelo que este Parlamento deverá afirmá-lo sem subterfúgios.

Esses aspectos são recapitulados com algum detalhe no relatório que tenho a honra de subscrever, pelo que me dispenso de enumerá-los aqui”.

Para Graça Moura, *“abre-se assim um quadro complexo, com inúmeras possibilidades positivas para o relacionamento e a cooperação entre a União Europeia e a China, mas em que também subsistem inúmeros problemas que deverão ser francamente abordados e encontrar uma solução aceitável em padrões democráticos que levem à construção do Estado de Direito, ao reforço da sociedade civil e ao respeito estrito pelos direitos humanos”*.



Amianto: Regina Bastos apoia reforço da segurança

A Deputada Regina Bastos apoiou uma proposta da Comissão Europeia que visa alterar a Directiva relativa à protecção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho, no sentido de *“reforçar as prescrições existentes, de modo a salvaguardar a saúde e a segurança dos trabalhadores, sobretudo nos sectores onde os riscos de exposição são hoje reconhecidamente mais perigosos”*.

Regina Bastos afirmou que *“desde há muito que é reconhecido que o amianto é susceptível de originar doenças graves, entre as quais diversos tipos de cancro. Tal agente representa um perigo não só para os trabalhadores sujeitos à sua exposição, mas para a saúde pública em geral.*

É de realçar a tónica na prevenção e na redução ao mínimo da exposição por parte dos trabalhadores, particularmente nas actividades de remoção, manutenção, beneficiação ou demolição de edifícios”.

Para Regina Bastos, *“a formação profissional facultada pelas entidades patronais, melhorando as modalidades de financiamento para as PME’s e trabalhadores independentes é outra das medidas que se impõe. Assim como a manutenção dos registos e fichas clínicas por um período de 40 anos e um registo nacional dos edifícios públicos e das instalações industriais e comerciais que contenham amianto”*.



Arlindo Cunha contra proposta da Comissão sobre o álcool

O Deputado Arlindo Cunha defendeu que *“a proposta de criação de uma organização comum de mercado para o álcool etílico de origem agrícola tem na sua base uma boa intenção. Trata-se de criar condições e mecanismos que assegurem uma maior regulação do funcionamento do mercado, e que criem mais transparência e lealdade nas trocas comerciais intra e extra União Europeia.*

Os 13 milhões de hectolitros de álcool de origem agrícola produzidos anualmente na UE implicam o escoamento de cerca de 2,1 milhões de toneladas de cereais, de 2,6 milhões de toneladas de beterraba sacarina, de 325 mil toneladas de fruta e de 16,2

milhões de hectolitros de vinho”.

Arlindo Cunha salientou, no entanto, que *“o álcool de origem agrícola é apenas metade do álcool consumido e produzido na União Europeia, sendo o restante de origem sintética. Sucede, porém, que a proposta da Comissão apenas abrange o álcool de origem agrícola, deixando de fora o álcool de síntese”*.

Para Arlindo Cunha, *“acresce ainda salientar que a proposta da Comissão não resolvia também o problema dos pequenos e muito pequenos destiladores. Os pequenos destiladores de álcool sejam produtores de vinho, de fruta ou de cereais, desempenham uma função insubstituível em muitas zonas rurais da União Europeia, especialmente nas mais desfavorecidas”*.

Por estas razões, **Arlindo Cunha defende “que seja recusada a proposta da Comissão Europeia”**.



Asilo: Carlos Coelho defende condições comuns

O Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou que *“de acordo com as conclusões de Tampere, deverá ser estabelecido um sistema europeu de asilo, o qual deverá incluir, a curto prazo, condições mínimas comuns de acolhimento dos requerentes de asilo. Essas condições deverão permitir-lhes um nível de vida digno e o respeito dos seus direitos fundamentais”*.

Para Carlos Coelho, *“pretende-se limitar os movimentos secundários de requerentes de asilo, influenciados pelas disparidades existentes entre os Estados Membros quanto às condições de acolhimento, assegurando que os requerentes de asilo tenham condições de vida equiparáveis em todos os Estados Membros.*

Reconheço, acrescentou o Deputado social democrata, *que a integração nas comunidades locais dos Estados Membros, de requerentes de asilo, é complexa e difícil, mas deverá ser feita acautelando os seus direitos individuais e sociais e, em especial, o direito à saúde, à educação e ao trabalho”*.

Carlos Coelho defendeu ainda que esta questão seja abordada *“com seriedade e sem demagogia. Demasiado voluntarismo nestas matérias apenas ajuda quem assenta o seu discurso na intolerância, no racismo e na xenofobia”*, acrescentou, deixando um recado final para a esquerda do Parlamento Europeu: *“quem vai longe demais torna-se o maior aliado dos extremismos que dizem querer combater, mas que acabam por estimular”*.



Sérgio Marques apoia Regiões ultraperiféricas

Sérgio Marques é o autor de um Relatório sobre medidas específicas no domínio fiscal para as Canárias, muito importante no quadro do apoio às Regiões Ultraperiféricas.

No debate do seu Relatório, Sérgio Marques sublinhou que "O Tratado da UE reconhece a realidade muito própria das chamadas Regiões Ultraperiféricas (Canárias, Madeira, Açores e DOM franceses). Com efeito, o artigo 299 n.º2 evidencia a situação social e económica especial destas Regiões, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela dependência económica em relação a um pequeno número de produtos. Põe em relevo que a persistência e conjugação destas desvantagens **prejudicam gravemente o desenvolvimento destas Regiões.**

A proposta em apreciação da Comissão Europeia tem este enquadramento e merece o meu total apoio. Visa através de medidas específicas no domínio fiscal, permitir a uma região como Canárias, que apresenta no sector industrial graves desvantagens competitivas, decorrentes da sua situação ultraperiférica, uma melhor integração e aproveitamento das dinâmicas fortemente competitivas do mercado único europeu, da União Económica e Monetária e da própria globalização. **Este tipo de medidas específicas é crucial para garantir a sobrevivência e a modernização das actividades industriais em Canárias, actualmente já reduzidas a pouco mais de 5% do PIB/regional**".



Regina Bastos defende reforma dos regimes de pensões

A Deputada do PSD Regina Bastos defendeu, no Plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo, que "é urgente que os Estados-Membros procedam a uma reforma acelerada dos sistemas de pensões. Isto implica mudanças ao nível da organização do trabalho; a criação de mais e melhores empregos, nomeadamente para os mais idosos; a reformulação das políticas demográficas e de natalidade, bem como das políticas de imigração.

Se tais reformas tardarem, o modelo social europeu, o crescimento e a estabilidade económica da União Europeia irão sofrer consequências gravosas".

Para Regina Bastos, "a União Europeia enfrenta um

importante desafio para as próximas décadas, decorrente do aumento do envelhecimento da população, relacionado com a diminuição da taxa de natalidade e com o aumento da esperança de vida. O envelhecimento da população e a redução do número de pessoas activas, exige a formulação e implementação de políticas inovadoras e eficazes".

Regina Bastos defende que neste âmbito, "uma das medidas de maior importância é a promoção de políticas que fomentem o 'envelhecimento activo', isto é, cada cidadão deve poder optar pela reforma, ou por continuar no mercado de trabalho (a tempo inteiro ou a tempo parcial). Para isso, devem ser concedidos incentivos à reforma em idade avançada, promovida a aprendizagem ao longo da vida e melhorados os sistemas de saúde".



Carlos Coelho quer melhor combate contra os crimes ambientais

O Deputado do PSD Carlos Coelho apoiou, em Estrasburgo, a criação de "instrumentos que permitam combater a amplitude crescente e os frequentes efeitos transfronteiriços dos crimes contra o ambiente".

Carlos Coelho, numa intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, recordou "uma das últimas sondagens apresentadas pelo Eurobarómetro, que confirma que o ambiente, juntamente com a segurança, a saúde e o desemprego, é uma das grandes preocupações sentidas pelos cidadãos da União Europeia".

Para Carlos Coelho, "temos, assim, a obrigação de ajudar a encontrar soluções que possam dar resposta a essas preocupações e que possam assegurar uma protecção do ambiente e da saúde dos cidadãos, procurando elevar a qualidade de vida de todos".

O Deputado social democrata manifestou o seu apoio a uma iniciativa apresentada pela Dinamarca, "com vista à aprovação de uma **Decisão-quadro do Conselho em matéria de combate aos crimes graves contra o ambiente**, que propõe que os Estados-Membros adoptem medidas concertadas de protecção do ambiente no âmbito do Direito Penal, incluindo investigações e acções penais eficazes, assim como, uma cooperação efectiva em matéria policial, penal e administrativa, isto é, estabelecer um acervo em matéria de sanções penais contra delitos ambientais".

Carlos Coelho apoiou igualmente uma iniciativa da Comissão, "com vista à criação de uma **Directiva relativa à protecção do ambiente através do Direito Penal**. A referida proposta destina-se a ser aplicada a actividades que violem a legislação comunitária de protecção do ambiente e/ou regras adoptadas pelos Estados-Membros para lhe dar cumprimento".





Joaquim Piscarreta assume mandato no P.E.

Joaquim Piscarreta, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa desde 1995, assumiu o mandato de Deputado ao Parlamento Europeu, em substituição de Carlos Costa Neves, recentemente empossado Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O novo Deputado do PSD no Parlamento Europeu desempenhou várias funções autárquicas. No PSD, entre outros cargos, foi membro do Conselho Nacional e da Comissão Permanente Distrital de Faro.

Joaquim Piscarreta que é vogal do Conselho de Administração das Águas do Algarve, membro do Conselho Sectorial do Turismo e da Comissão Nacional de Gastronomia, foi ainda membro do Conselho de Administração da AMAL (Associação de Municípios do Algarve) e do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Carlos Coelho sobre ANGOLA:

“É urgente reintegrar na vida civil os que se dedicavam à guerra”

O Deputado Carlos Coelho afirmou que *“é urgente reintegrar na normalidade da vida civil os que antes se dedicavam à guerra e realojar todos os que foram afastados das suas terras pela violência da guerra civil”*. Carlos Coelho defendeu ainda que *“logo que estiverem criadas as condições necessárias devem ser promovidas eleições”*.

Carlos Coelho, usando da palavra num debate sobre a situação em Angola, no Plenário do Parlamento Europeu, salientou que *“toda a comunidade internacional e especialmente a União Europeia deve tornar claro que esperamos de todas as partes que tudo façam para que este processo seja definitivo e irreversível”*.

Carlos Coelho afirmou que *“o Governo de Angola esteve bem quando fez cessar todas as medidas militares ofensivas e estiveram bem os dirigentes políticos e as chefias militares da UNITA. Todos revelaram capacidade de diálogo que importa sublinhar e aplaudir”*.

Para o Deputado social democrata, *“urge agora criar os fundamentos de uma vida democrática em comum. Há que desmilitarizar forças e estender a Administração do Estado a todo o território, há que integrar a UNITA na vida democrática, há que estabelecer as condições para que o Estado de Direito democrático crie as suas raízes: respeitando os direitos da oposição, a liberdade de imprensa, reforçando a transparência dos poderes públicos, lutando contra a corrupção e o arbítrio, combatendo a pobreza e a exclusão social e fomentando o desenvolvimento do País em ambiente de paz”*.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

JPiscarreta@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luís Fernandes e Sandra Nunes

Ilustrações: Júlio Pisa

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551